

# Os alemães e a Constituição

JORNAL DE BRASÍLIA

07 OUT 1988  
Haroldo Hollanda

AVC p 2

Nada menos do que vinte executivos das mais importantes e poderosas empresas alemãs, como I. G. Farben, Krupp, Siemens e outras do mesmo nível, estiveram esta semana em Brasília, às vésperas da promulgação da nova Constituição. Nos seus contatos com líderes do Governo e do Congresso, os empresários informaram que a Alemanha Ocidental dispõe no momento de apreciáveis reservas de capital, mas acham pouco provável que a curto ou médio prazo venham a ser aplicadas no Brasil. Os alemães invocam três razões para não investir em nosso país: a inflação, a lei de informática e as discriminações que a empresa estrangeira passou a sofrer com a promulgação da nova Constituição. Quanto à lei de informática, foi explicado a eles que a reserva de mercado, nos termos da lei, esgota-se no prazo de três anos.

As queixas dos alemães se centralizaram notadamente sobre a discriminação com que a empresa estrangeira passa a ser tratada no País após a vigência do novo texto constitucional. Parlamentares do PMDB, do PSDB e de outros partidos, nos encontros mantidos com aqueles empresários, procuraram tranquilizá-los, observando que possíveis exageros contidos em alguns dispositivos da nova Constituição poderão ser suavizados, através de interpretação na legislação complementar ou ordinária.

O próprio deputado Ulysses Guimarães, em entrevista aos correspondentes estrangeiros, ao responder a uma pergunta que lhe foi dirigida sobre o assunto pelo repórter da agência de notícias da Alemanha Ocidental, deu claramente a

entender que a interpretação do texto constitucional será favorável ao que pleiteiam as empresas e investidores internacionais. Mas ao ouvir essas e outras ponderações da mesma natureza, os executivos germânicos responderam que na Europa o que vale não é a interpretação, mas o que está escrito no texto constitucional. Ulysses, em conversas informais, não deixa também de manifestar sua inconformidade com o rigor com que a matéria foi disciplinada na Constituição.

Recentemente, um ex-ministro de Estado encontrou-se em Londres com um banqueiro inglês, o qual, apreciando o quadro de dificuldades em que vivem vários países da América Latina, estranhou que a população da pequenina ilha de Barbados, no Caribe, tenha hoje o dobro da renda **per capita** de países como o Brasil e a Argentina. Exemplo mais expressivo pode ser dado pela Coreia do Sul, que depois de sofrer a ocupação japonesa durante a 2ª Guerra Mundial, viu-se na década de 50 envolvida num conflito internacional que dividiu seu território em dois países. Hoje, a Coreia do Sul experimenta uma das mais altas taxas de crescimento do mundo e dá-se ao luxo de organizar acontecimento internacional da dimensão de uma Olimpíada.

O Governo Juscelino Kubitschek, do qual tanto nos orgulhamos, foi marcado por um extraordinário período de abertura ao capital estrangeiro. O PT e as novas lideranças sindicais surgidas em São Paulo são fruto do capital estrangeiro de risco que ali se instalou.